

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

E.E. Prof. Architiclino dos Santos

Marine Christine Gonçalves de Almeida

2025

Urbanização Sustentável: Desafios e Oportunidades nas Periferias Brasileiras

Palavras-chave: urbanização; sustentabilidade; políticas públicas; ecologia urbana; inclusão social.

Resumo

O avanço do aquecimento global e o aumento das catástrofes climáticas intensificam os desafios ambientais enfrentados pelas periferias urbanas brasileiras. Essas comunidades, historicamente marcadas pela segregação socioespacial e pela falta de infraestrutura, enfrentam dilemas complexos que envolvem questões sociais, econômicas e ambientais. Este artigo discute as dificuldades e as oportunidades de promover uma urbanização sustentável nas periferias, enfatizando o papel das políticas públicas, da arquitetura sustentável e da ecologia urbana. A partir de uma abordagem interdisciplinar, argumenta-se que a inclusão de infraestrutura verde e o fortalecimento da conscientização ambiental são caminhos essenciais para reduzir desigualdades e promover o bem-estar social.

1 Introdução

O fenômeno da urbanização nas últimas décadas tem revelado uma profunda disparidade entre o centro e as periferias das cidades brasileiras. O crescimento desordenado, aliado à ausência de políticas públicas eficazes, resultou em um cenário de vulnerabilidade social e ambiental. Nas periferias, o avanço do **aquecimento global** e o aumento de eventos climáticos extremos tornam mais evidentes as fragilidades das condições de vida, especialmente em locais onde predominam a precariedade habitacional, o déficit de saneamento básico e a violência urbana.

A questão da urbanização sustentável emerge, portanto, como um dos principais desafios contemporâneos. É fundamental compreender como promover **conscientização ambiental** e inclusão social em contextos marcados pela desigualdade e pela exclusão. Aristóteles já afirmava que “o homem é um animal social”, ressaltando a necessidade de pertencimento e convivência como aspectos inerentes à natureza humana. Essa concepção antiga continua

relevante para a reflexão sobre o papel das cidades e o direito à cidade como dimensão essencial da vida em sociedade.

2 Urbanização e Segregação Socioespacial no Contexto Brasileiro

A industrialização do século XX provocou intensos fluxos migratórios para os centros urbanos, em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. No entanto, a falta de planejamento urbano e a desigualdade econômica resultaram na concentração de populações de baixa renda em áreas periféricas, carentes de infraestrutura e serviços básicos (MARICATO, 2001). Trabalhadores, em sua maioria negros e pobres, foram forçados a ocupar espaços urbanos marginalizados, dando origem aos cortiços e, posteriormente, às favelas — expressão máxima da **segregação socioespacial** que ainda persiste no Brasil.

De acordo com o Censo de 2022, as favelas abrigam cerca de **16,6 milhões de pessoas**, representando 8% da população brasileira (IBGE, 2023). Essas comunidades enfrentam carências estruturais graves, como ausência de saneamento básico, coleta de lixo e acesso limitado à saúde e à educação. Além disso, há escassez de **espaços verdes**, fundamentais para o equilíbrio ambiental e o bem-estar físico e mental dos moradores.

A realidade das periferias urbanas evidencia uma questão central: a exclusão ambiental é uma forma de exclusão social. O **racismo ambiental**, conceito amplamente debatido por Bullard (2001), reflete o fato de que populações pobres e racializadas são as mais expostas à poluição, enchentes, deslizamentos e outros riscos ambientais.

3 Infraestrutura Verde e Ecologia Urbana

A criação de **áreas verdes** nas periferias constitui uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade de vida e mitigar os efeitos das **ilhas de calor urbanas**. Além de promover benefícios ecológicos, como aumento da permeabilidade do solo e redução da poluição atmosférica, os espaços verdes contribuem para o fortalecimento dos vínculos comunitários e da sensação de pertencimento (BEATLEY, 2011).

Para Register (2006), “a natureza nas cidades não é um luxo, mas uma necessidade”, o que reforça a urgência de integrar a **infraestrutura verde** como elemento central do

planejamento urbano. Essa integração deve ir além da estética e envolver aspectos de justiça ambiental, garantindo o acesso equitativo aos recursos ecológicos.

Projetos de **ecologia urbana participativa**, que envolvem os moradores na criação e manutenção de hortas comunitárias, jardins verticais e parques de bairro, têm se mostrado estratégias eficazes para estimular a educação ambiental e fortalecer a cidadania ativa (LEFF, 2009). Essas ações podem servir como ferramentas de empoderamento social, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

4 Políticas Públicas e Educação Ambiental nas Periferias

As políticas públicas voltadas à **sustentabilidade urbana** devem considerar as especificidades territoriais e culturais das periferias. Garantir o **acesso a saneamento, energia elétrica, áreas de lazer e transporte público** é condição básica para uma urbanização justa. Contudo, a sustentabilidade vai além da infraestrutura física: envolve também dimensões educativas, culturais e comunitárias.

A **educação ambiental** nas favelas desempenha papel essencial na construção de uma consciência coletiva sobre o uso responsável dos recursos naturais. Ela contribui para que as populações locais participem ativamente das decisões que afetam seu território, fortalecendo práticas autônomas e solidárias (JACOBI, 2003). Assim, a urbanização sustentável depende tanto de **planejamento político** quanto de **engajamento comunitário**.

5 Considerações Finais

A intersecção entre **urbanização, sustentabilidade e inclusão social** constitui um campo fértil para pesquisa e ação. As periferias brasileiras, embora marcadas por grandes desafios estruturais, também apresentam potencialidades transformadoras. A implementação de políticas públicas inclusivas, associadas à educação ambiental e à infraestrutura verde, pode gerar impactos positivos duradouros, promovendo uma **cidade mais resiliente e equitativa**.

A urbanização sustentável deve ser compreendida como um processo coletivo, que busca conciliar desenvolvimento urbano, justiça social e equilíbrio ambiental. Assim, investir nas

periferias é investir no futuro das cidades brasileiras — um futuro mais justo, verde e solidário.

Referências

BEATLEY, Timothy. *Biophilic Cities: Integrating Nature into Urban Design and Planning*. Washington, DC: Island Press, 2011.

BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. Boulder, CO: Westview Press, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: Características dos Domicílios e dos Moradores do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JACOBI, Pedro Roberto. *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189–205, 2003.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência*. São Paulo: Hucitec, 2001.

REGISTER, Richard. *Ecocity Berkeley: Building Cities for a Healthy Future*. Berkeley, CA: North Atlantic Books, 2006.